

O isolamento do Presidente

PAULO CODÓI

Há uma rebelião dos aliados do Governo, e não são apenas discursos diante de mais um veto na Câmara, e não há sintoma mais dramático do que perda de um veto. O Governo perderia a política salarial, como perdeu na questão do trigo. E perderá tudo se não for melhorada a sua relação com o Congresso.

O Governo culpa os líderes e os líderes e os seus líderes culpam o Governo, ou melhor, o presidente Fernando Collor, acusado de não dar atenção aos políticos. É por isso, por não dar a menor confiança ao seus aliados, que o Governo não tem quem o defenda no Congresso. Ninguém, mas ninguém mesmo, abre a bocha para defendê-lo. Não há os homens do Presidente; não há amigos, interlocutores e os aliados são muito poucos.

Quase todos os políticos dos partidos governistas acham que o Presidente deve tornar mais flexível o seu discurso contra o fisiologismo, compatibilizando-o com a realidade da vida parlamentar, aceitando que é assim em qualquer Parlamento. Ainda que não tenha o que dar, cargos e favores, e que se queira manter a convivência dentro de padrões aceitáveis de dignidade e respeito pela coisa pública, o Governo tem que dar atenção e prestígio, abrir espaço nas suas decisões ou, ao menos, vender ilusões.

Por causa do seu temperamento, por sua recusa em ouvir os políticos, a sustentação política do Governo está numa desordem. Até o ex-presidente José Sarney tem uma bancada mais coesa que a do presidente Fernando Collor. Seu isolamento, a perda de sustentação e o começo de uma sucessão de derrotas têm uma causa: tratar o Congresso com descaso.

As estruturas que cuidam do relacionamento com o Legislativo devem ser repensadas, principalmente a reforma administrativa da Presidência

da República, que acabou por esvaziar os seus órgãos de ação política, naturalmente a sua Assessoria Legislativa. Essas áreas precisam ser fortalecidas e ter acesso direto ao presidente da República para que elas possam reabrir e operar com eficiência os canais de comunicação com o Congresso.

Outra providência seria devolver à Secretaria Geral da Presidência da República a capacidade operacional que tinha o Gabinete Civil no trato do fato político, colocando-se na sua direção alguém que tenha vocação política, que consiga administrar o projeto político do Governo dentro da dinâmica do processo legislativo, que saiba conviver com as práticas habituais dos deputados e senadores e que goste, fundamentalmente, de ficar em Palácio conversando política.

Além do temperamento, da fuga das pressões, da perda dos seus instrumentos de ação junto ao Legislativo e do esvaziamento político da Secretaria Geral, o presidente Fernando Collor cometeu um erro, tantas vezes tentado sem sucesso por outros presidentes: entregar a coordenação política do Governo ao ministro da Justiça. Isso nunca deu certo, nem mesmo durante a ditadura, o autoritarismo e a transição, quando tínhamos um Congresso apenas homologatório, sem vida, sem as suas prerrogativas, sem a sensação de ser um poder. Fosse quem fosse o ministro, até mesmo o hábil e talentoso Petrônio Portella teve dificuldades para a missão que o Governo lhe dera.

Enquanto cuida apenas da formulação dos desejos políticos do Governo e de celebrar acordos nacionais, até que essa coordenação no âmbito do Ministério da Justiça pode funcionar, mesmo que ministro tenha que dividir a sua missão com os encargos de cuidar de índios, garimpeiros, posseiros, classificação de programas, direito econômico, Polícia Federal. Ela começa a ficar difícil quando o presi-

dente da República acha que o seu coordenador político deve comandar as ações do Governo no Senado e na Câmara.

Além de ser vista como uma intrusão do Executivo no Legislativo, atrapalha o trabalho dos líderes, porque os coloca em uma situação de inferioridade, é impossível administrar-se o dia-a-dia, o varejo e a filosofia da vida parlamentar do Ministério da Justiça.

Todos se deram mal nessa missão, e até o ministro Jarbas Passarinho, em que pese o seu talento político, a sua habilidade parlamentar e o respeito que desfruta entre os seus colegas, terá dificuldades para exercer a coordenação que o presidente Fernando Collor lhe deu. Poderá ser um bom ministro, mas certamente não terá o sucesso que teria no exercício da liderança do Governo no Senado.

Essa tarefa deve ser operada dentro do Congresso pelos líderes na Câmara e no Senado. Ao entregar a coordenação política ao ministro da Justiça, o presidente Fernando Collor transformou os seus líderes em auxiliares de segunda classe. É assim que também se sentem todos os demais líderes dos partidos governistas, como assim vão sentir-se os líderes que irão substituir o deputado Renan Calheiros e o senador José Ignácio.

Todos eles, conscientes do quanto é difícil administrar bancadas independentes e rebeldes com um Governo em crise, querem reportar-se ao presidente da República e não ao ministro da Justiça e com ele ter uma linha direta e um tratamento privilegiado, compatível com a missão que operam.

Assim, a reversão da péssima situação do Governo passa inevitavelmente pela transferência do comando de suas ações para os seus líderes, por lhes dar posições de destaque e influência no Governo, por receber força política.